

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstração dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Energética Suape II S.A.
Cabo de Santo Agostinho - PE

Examinamos as demonstrações contábeis da **Energética Suape II S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Suape II S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é considerada obrigatória. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Recife, 24 de fevereiro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013846/O-1- S - PE

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6 - S - PE

Antonio Vargas Vieira
Contador CRC 1BA 013046/O-5 - S - PE

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido			
		31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
Circulante			(Reapresentado)	Circulante		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	82.469	14.191	Fornecedores	11	44.581
Contas a receber	5	157.903	115.860	Empréstimos, financiamentos e encargos	12	47.985
Estoques	6	17.318	34.660	Tributos e contribuições sociais	13	7.527
Aplicações financeiras restritas	4	37.817	37.403	Obrigações estimadas		1.857
Tributos e contribuições a recuperar	7	2.072	4.670	Taxas Regulamentares	14	2.948
Operações com energia elétrica a recuperar		6.985	2.010	Dividendos e juros sobre o capital próprio	15	16.054
Despesas pagas antecipadamente		237	290	Outras contas a pagar		219
Outros créditos		1.016	29			-
		305.817	209.113		231.028	121.171
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	5	212	453	Empréstimos, financiamentos e encargos	12	506.999
Aplicações financeiras restritas	4	46.348	42.542	Coligadas e controladas		-
Ativo fiscal diferido	7	9.467	9.360	Passivo fiscal diferido	13	8.890
Imobilizado	8	567.823	584.123	Taxas Regulamentares	14	3.134
Intangível	9	233	94			481.021
Diferido	10	-	504			519.023
		624.083	637.076	Patrimônio líquido		
				Capital social	17	139.977
				Reserva legal	15	4.576
				Reserva de lucros	15	47.467
				Reserva de incentivos fiscais	15	13.975
						217.851
						205.995
Total do ativo		929.900	846.189	Total do passivo e do patrimônio líquido		929.900
						846.189

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u> (Reapresentado)
Receita bruta de produtos e serviços	1.485.265	965.712
(-) Vendas canceladas	-	-
(-) Impostos	(150.732)	(98.024)
Receita líquida de vendas	1.334.532	867.688
(-) Custo dos produtos vendidos	(1.178.597)	(716.715)
(=) Lucro bruto	155.935	150.973
(+/-) Despesas/receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(5.994)	(8.045)
Outros resultados	(7.837)	3.217
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	142.105	146.145
Despesas financeiras	(68.873)	(62.816)
Receitas financeiras	13.177	10.609
Juros sobre capital próprio	(11.399)	(8.717)
(=) Resultado financeiro líquido	(67.095)	(60.924)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	75.010	85.221
(-) Imposto de Renda	(19.742)	(20.747)
(-) Contribuição Social	(7.116)	(7.091)
(-) IR/CS diferidos	1.303	11
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	13.846	13.975
(=) Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre capital próprio	63.300	71.369
Reversão dos juros sobre capital próprio a pagar	11.399	8.717
(=) Lucro do exercício	74.699	80.086
Lucro/(prejuízo) por ação	0,53	0,57

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
		(Reapresentado)
Lucro/(prejuízo) do exercício	74.699	80.086
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>74.699</u>	<u>80.086</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados (Reapresentado)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	139.977	419	-	6.791	-	147.187
Lucro do exercício	-	-	-	-	82.139	82.139
Constituição da Reserva legal	-	4.157	-	-	(4.157)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(8.717)	(8.717)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(8.645)	(8.645)
Distribuição de lucros	-	-	-	(5.969)	-	(5.969)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	13.975	-	(13.975)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	46.645	(46.645)	-
Ajustes						
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	139.977	4.576	13.975	47.467	-	205.995
Lucro do exercício	-	-	-	-	74.699	74.699
Constituição da Reserva legal	-	3.735	-	-	(3.735)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(11.399)	(11.399)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(4.591)	(4.591)
Distribuição de lucros	-	-	-	(46.853)	-	(46.853)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	13.846	-	(13.846)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	41.128	(41.128)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	139.977	8.311	27.821	41.742	-	217.851

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	74.699	80.086
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	23.540	22.650
Variações monetárias e juros	-	(1.576)
Reserva de isenção - SUDENE	(787)	-
Ajustes de exercícios anteriores	(209)	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	64.090	57.290
	161.333	158.450
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento) no contas a receber	(41.802)	(89.785)
(Aumento)/diminuição nos impostos a recuperar	(557)	6.069
(Aumento) nos estoques	17.343	(34.660)
(Aumento) nas operações com Energia Elétrica	(4.975)	(2.010)
Aumento nos demais ativos circulantes	(5.153)	272
Aumento/(diminuição) em fornecedores	(35.169)	19.713
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributária	(266)	(5.262)
Aumento em provisões em P&D	5.798	5.231
Juros pagos no período	(67.160)	(60.686)
Aumento em outras contas a pagar	-	218
	(131.941)	(160.900)
Caixa líquido das atividades operacionais	29.392	(2.450)
Atividade de investimento		
Resgate das aplicações financeiras restritas	-	51.768
Aquisição de imobilizado	(6.709)	(9.820)
Baixa do imobilizado	-	2.981
Aquisição de intangível	(166)	(43)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(6.875)	44.886
Atividade de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	179.305	268.527
Débitos com empresas ligadas		(56.048)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	(68.925)	(255.007)
Pagamento de dividendos	(46.855)	(7.959)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(17.764)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	45.761	(50.487)
Variação líquida de caixa	68.278	(8.051)
Caixa e equivalentes no início do exercício	14.191	22.242
Caixa e equivalentes no final do exercício	82.469	14.191
	68.278	(8.051)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos Valores Adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Vendas de energia e serviços	1.485.265	965.712
Outros resultados	(7.837)	3.217
	1.477.428	968.929
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.156.354)	(697.307)
	321.074	271.622
Valor adicionado bruto		
Depreciação/amortização	(23.540)	(22.650)
Valor adicionado líquido	297.534	248.972
Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	12.553	10.328
	310.087	259.300
Valor adicionado total a distribuir	310.087	259.300
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	1.524	1.436
Encargos sociais (exceto INSS)	138	122
Auxílio alimentação	161	123
Plano de saúde	161	128
Provisão para férias e 13º salário	333	385
Administradores	1.069	1.144
Convênio assistencial e outros benefícios	364	258
Participação nos resultados	263	396
Subtotal	4.012	3.992
Governo		
INSS	579	441
PIS e COFINS sobre faturamento	137.387	89.342
Obrigações setoriais	13.345	10.936
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.710	8.677
Subtotal	163.021	109.396
Financiamentos		
Juros e variações cambiais	62.146	62.578
Outras despesas financeiras	6.103	-
Aluguéis	106	200
Subtotal	68.355	62.778
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	(11.399)	(8.717)
Lucro/prejuízo do exercício	74.699	83.134
Subtotal	63.300	74.417
Valor adicionado total distribuído	310.087	259.300

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Energética Suape II S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a geração e comercialização de energia elétrica por meio de uma Usina Termelétrica (UTE) a óleo combustível - UTE Suape II, com capacidade de geração bruta de 381,255 MW.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em acordo às práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a regulamentação específica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, perdas estimadas com realização de estoques, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.2.2. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (impairment).

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. Os passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado são compostos por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

2.2.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 8.

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Companhia avaliou se o valor contábil de seus ativos estava excedendo o seu valor recuperável e concluiu pela não existência de tais indicativos.

2.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é definido como o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.2.6. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

2.2.7. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

2.2.8. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, após deduções de prejuízos acumulados, seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído no curso do exercício e caso existam dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório, estes serão registrados como “Reserva de Lucros” no patrimônio líquido da Companhia.

2.2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.10. Apuração do resultado

As despesas e receitas são reconhecidas de acordo com o regime contábil da competência.

2.2.11. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.3. Práticas contábeis - específicas do Setor Elétrico

2.3.1. Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através da Resolução ANEEL nº 370, de 30 de junho de 2009.

Em 11 de março de 2014, a ANEEL editou a Resolução nº 605 revogando a Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001 e aprovando novo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015.

2.3.2. Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela Companhia em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro (UC) e Unidade de Adição e Retirada (UAR), por Ordem de Imobilização (DI), conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o imobilizado em serviço.

2.3.3. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, e Resolução ANEEL nº 15, de 24 de dezembro de 1997.

As taxas anuais utilizadas estão conforme determinadas pela tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 2, de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999, artigo 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009 e Resolução ANEEL nº 474/2012 de 01 de janeiro de 2012. Para os ativos em serviço administrativo, a Administração da Companhia avaliou as referidas taxas utilizadas, e concluiu que as mesmas refletem a efetiva vida útil do seu ativo imobilizado.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Segundo Lei nº 11.196/2005, para efeitos fiscais, a diferença entre o valor do encargo decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela Receita Federal do Brasil e o valor do encargo contabilizado decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela ANEEL aplicável aos bens do ativo imobilizado, exceto terrenos poderá ser excluída do lucro líquido para a apuração do lucro real e da base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL. Em 2012 tal procedimento foi realizado e a Companhia controla a diferença em livro fiscal, amortizando o passivo diferido já constituído conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.

2.4. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Ativo			
Circulante			
Tributos e contribuições a recuperar	1.048	3.622	4.670
Não circulante			
Ativo fiscal diferido	9.934	(574)	9.360
Passivo			
Circulante			
Tributos e contribuições sociais	5.040	2.487	7.527
Obrigações estimadas	301	1.556	1.857
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros	47.676	(209)	47.467
Reserva de incentivos fiscais	14.761	(786)	13.975
Demonstração do resultado			
(-) Impostos	(98.019)	(5)	(98.024)
Despesas financeiras	(62.578)	(238)	(62.816)
Receitas financeiras	10.498	111	10.609
(-) Imposto de Renda	(19.319)	(1.428)	(20.747)
(-) Contribuição Social	(6.963)	(128)	(7.091)
(-) IR/CS diferidos	585	(574)	11
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	14.761	(786)	13.975
Lucro do exercício	83.134	(3.048)	80.086

O ajuste foi para retificação de erro na reapuração dos tributos (PIS/COFINS, IRPJ/CSLL) dos anos-calendários de 2012 e 2013, conforme preconiza o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, correlacionado ao IAS 8.

Adicionalmente, as demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo reapresentadas para demonstrar os saldos contábeis ajustados após as correções mencionadas no parágrafo e tabela anterior.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e depósitos bancários a vista	3.560	24
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	78.909	14.167
	<u>82.469</u>	<u>14.191</u>

As Aplicações financeiras são de liquidez imediata e apresentaram taxas de rendimento variando entre 97% a 99% do CDI.

4. Aplicações financeiras restritas

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de Vínculo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco do Nordeste do Brasil	FAT-Proinfra (a)	16/12/2025	98 % CDI	37.817	34.199
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FNE (b)	10/11/2026	98,04% CDI	25.064	23.028
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FAT (b)	16/12/2025	98,04% CDI	18.653	17.138
Banco do Nordeste do Brasil	Reinvestimento SUDENE (c)	-	95% CDI	-	3.205
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG (d)	-	99% do CDI	2.537	2.292
Banco do Brasil	Garantia CCT (e)	-	97% do CDI	94	83
				<u>84.165</u>	<u>79.945</u>
			Circulante	37.817	37.403
			Não circulante	46.348	42.542

- (a) Corresponde à parcela não liberada do empréstimo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), acrescidos de rendimentos financeiros;
- (b) Corresponde aos fundos de liquidez dos empréstimos Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para garantia de pagamento dos empréstimos, equivalente ao mínimo de seis prestações de amortização (principal e juros), acrescidos de rendimentos financeiros;
- (c) Depósito realizado em março de 2013 para atendimento das exigências do artigo 19 da Lei nº 8.167/91, com o reinvestimento de 30% do imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Em fevereiro de 2014 o benefício foi aprovado por meio da Portaria DFIN nº 0103/2013, tendo sido os recursos resgatados em março e junho de 2014;
- (d) Corresponde a aplicação em CDB firmado com o Banco do Nordeste por meio do Contrato de Administração de Garantias ao CCT, equivalente a uma parcela de encargos de Rede Básica;
- (e) Corresponde a conta de administração às garantias CCT - CHESF, equivalente a 120% do valor mensal dos encargos de conexão.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a receber de clientes	1.937	-
Valores a faturar	156.178	116.313
	<u>158.115</u>	<u>116.313</u>
Circulante	157.903	115.860
Não circulante	212	453

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Os valores do contas a receber são referentes aos faturamentos efetuados mediante contrato de fornecimento de energia.

Os valores de longo prazo referem-se aos faturamentos emitidos contra a Centra Elétricas do Pará (CELPA). A CELPA entrou em recuperação judicial em 28 de fevereiro de 2012, tendo sido homologado o pagamento do débito em 60 parcelas fixas de igual valor.

6. Estoques

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Combustível	10.429	27.301
Estoque em trânsito	343	1.149
Adiantamentos a fornecedores	6.546	6.210
	<u>17.318</u>	<u>34.660</u>

7. Tributos e contribuições a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
		(Reapresentado)
Imposto de Renda	1.298	3.866
Contribuição Social	729	97
Imposto de Renda diferido (a)	6.961	6.882
Contribuição Social diferida (a)	2.506	2.477
PIS	13	124
COFINS	24	575
INSS	1	1
ISS	6	6
Outros	1	2
	<u>11.539</u>	<u>14.030</u>
Circulante	2.072	4.670
Não circulante	9.467	9.360

(a) Diferido sobre amortização de despesas pré-operacionais de 2008 a 2011 reclassificadas em 2012 direto para o patrimônio líquido sem o efeito fiscal (RTT) e demais adições temporárias.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

8. Ativo imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Imobilizado em curso (a)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2013	9.102	445.229	116.687	174	448	-	571.640	28.270	599.910
Aquisição	-	8.973	128	-	40	3	9.144	676	9.820
Transferência	78	14.532	14.364	33	(53)	(3)	28.951	(28.946)	5
Baixa	-	(2.981)	-	-	-	-	(2.981)	-	(2.981)
Depreciação	-	(18.978)	(3.542)	(50)	(61)	-	(22.631)	-	(22.631)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.180	446.775	127.637	157	374	-	584.123	-	584.123
Saldos em 01 de janeiro de 2014	9.180	446.775	127.637	157	374	-	584.123	-	584.123
Aquisição	-	9.739	857	103	13	-	10.712	38.146	48.858
Transferência	-	66	-	-	-	-	66	(66)	-
Baixa	-	(8.382)	-	-	-	-	(8.382)	(33.768)	(42.150)
Depreciação	-	(19.391)	(3.550)	(41)	(27)	-	(23.009)	-	(23.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.180	428.807	124.944	219	360	-	563.510	4.312	567.822
Custo total	9.180	486.074	135.348	320	433	-	631.355	4.312	635.667
Depreciação acumulada	-	(57.168)	(10.499)	(103)	(74)	-	(67.844)	-	(67.844)
Valor contábil em 30 de junho de 2014	9.180	428.906	124.849	217	359	-	563.511	4.312	567.823
Depreciação anual - %		4,9	3,5	20	10				

(a) Refere-se às aquisições de máquinas e equipamentos e aos gastos de edificações incorridos na construção da Usina Termelétrica.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

9. Ativo intangível

	<u>Direito de uso de software</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2013	75
Adição	43
Transferência	(5)
Amortização	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>94</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2014	94
Adição	166
Transferência	-
Amortização	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>233</u>
Custo total	301
Amortização acumulada	(68)
Valor residual	<u>233</u>
Amortização anual - %	20

A Companhia mantém registrado nesta conta aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados de forma linear com base na vida útil estimada do software.

10. Ativo diferido

	<u>Despesas pré-operacionais</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2013	368	304	672
Amortização	(93)	(75)	(168)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>275</u>	<u>229</u>	<u>504</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2014	275	229	504
Amortização	(275)	(229)	(504)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Custo total	461	379	840
Amortização acumulada	(461)	(379)	(840)
Valor residual	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Amortização anual - %	20	20	

O ativo diferido que foi constituído em 2008 permaneceu com saldo em 2013 por força do art. 229-A da Lei nº 11.941/09.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

A partir da edição de resolução que modificará o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico mencionado na Nota Explicativa nº 2.3.1, a Administração da Companhia avaliou a manutenção deste saldo e optou por amortizá-lo totalmente em 2014.

11. Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Petrobras Distribuidora S.A.	1.082	24.115
Wartsila Finlândia	418	9.167
Wartsila Switzerland	38	915
Wartsila Brasil	4.467	5.496
Encargos de uso da rede	2.704	2.577
Toshiba do Brasil Ltda.	-	392
Outros fornecedores	703	1.919
	<u>9.412</u>	<u>44.581</u>

12. Empréstimos e financiamentos

	Objetivo	Juros	Circulante		Não circulante	Total	
			Principal	Encargos	Principal	31/12/2014	31/12/2013
Instituição financeira							
BNB - FAT	Construção UTE	TJLP + 4% a.a	16.352	661	163.524	180.537	196.949 (a)
BNB - FNE	Construção UTE	10% a.a	4.660	1.085	189.896	195.641	198.801 (b)
ITAU	CCB	CDI + 2,5% a.a	22.619	1.588	111.600	135.807	152.881 (c)
ITAU	CCB- Conta Garantida	CDI + 1,899% a.a.	100.000	247	-	100.247	6.353 (d)
BANCO DO BRASIL	CCB- Conta Garantida	CDI + 2,034% a.a	50.000	63	-	50.063	- (e)
			<u>193.631</u>	<u>3.644</u>	<u>465.020</u>	<u>662.295</u>	<u>554.984</u>

A Companhia obteve junto ao BNB, os contratos dos financiamentos, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Em 31 de março de 2011 foi disponibilizado em conta vinculada junto ao Banco do Nordeste do Brasil o montante de R\$ 212.582 mil, com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), referente ao financiamento contratado em 22 de dezembro de 2010 junto ao BNB, tendo sido efetivamente liberados até janeiro de 2013 R\$ 185.423 mil;
- (b) Em 13 de agosto de 2010 foram contratados junto ao BNB R\$ 199.785 mil, provenientes do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE).
- (c) Em 29 de janeiro de 2013 foram contratados R\$ 150.000 mil junto ao Itaú BBA, a uma taxa fixa de 2,5% a.a. mais 100% CDI, para quitação dos empréstimos realizados no BNB referentes à nota de crédito industrial;
- (d) Em 07 de maio de 2013 foram contratados R\$ 60.000 mil junto ao Itaú BBA, com o intuito de reduzir o custo com aquisição de OCB1, por meio da obtenção de desconto no preço a partir da antecipação de pagamentos ao fornecedor. Em 31 de março de 2014, houve aditamento, renovando-o por mais seis meses e o limite expandido para R\$ 100.000 mil. Em 29 de setembro de 2014, houve novo aditamento, renovando-o por mais seis meses;
- (e) Em 01 de julho de 2014 foram contratados R\$ 50.000 mil junto ao Banco do Brasil S.A, a uma taxa de CDI + 1,779% a.a., com o intuito de reduzir o custo com aquisição de OCB1, por meio da obtenção de desconto no preço a partir da antecipação de pagamentos ao fornecedor. Em 16 de dezembro de 2014 houve renovação por mais três meses a uma taxa de CDI + 2,034% a.a.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2013	150.932	393.928	544.860
Ingressos	92.000	113.071	205.071
Encargos	52.893	-	52.893
Amortização de principal	(141.003)	-	(141.003)
Pagamento de juros	(106.837)	-	(106.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>47.985</u>	<u>506.999</u>	<u>554.984</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2014	47.985	506.999	554.984
Ingressos	179.306	-	179.306
Transferências	41.979	(41.979)	-
Encargos	64.090	-	64.090
Amortização de principal	(68.925)	-	(68.925)
Pagamento de juros	(67.160)	-	(67.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>197.275</u>	<u>465.020</u>	<u>662.295</u>

Os vencimentos em longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2016	45.765	45.765
2017	49.885	49.885
2018	54.378	54.378
2019	59.197	59.197
2020 em diante	255.796	297.774
	<u>465.020</u>	<u>506.999</u>

13. Impostos a pagar e Contribuições Sociais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de Renda - IR	1.797	1.427
Contribuição Social	-	2.037
Imposto de Renda diferido (a)	5.658	6.537
Contribuição Social diferida (a)	2.037	2.353
INSS	351	192
FGTS	9	15
PIS	353	644
COFINS	2.307	2.943
ICMS	3	-
ISS	218	145
Outros	257	124
	<u>12.990</u>	<u>16.417</u>
Circulante	5.295	7.527
Não circulante	7.695	8.890

(a) Referente à diferença da taxa de depreciação dos bens, conforme vida útil-econômica em comparação com as taxas geralmente aceitas pelo Fisco Federal.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

13.1. Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	75.010	75.010	85.354	85.354
Ajustes de RTT	(6.989)	(6.989)	(6.989)	(6.989)
Lucro antes do IR e da CS após ajustes RTT	68.021	68.021	78.365	78.365
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	6.122	17.005	7.053	19.591
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período				
(+) Adições				
Pesquisa e Desenvolvimento	547	1.520	332	921
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	255	707	255	707
Provisão de fornecedores	394	1.096	-	-
Benefícios a administradores	17	47	3	8
Variação cambial	71	171	203	565
Recebimentos de órgãos públicos	-	-	14	38
Outras adições	3	12	2	4
	1.287	3.553	809	2.243
(+) Exclusões				
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)				
Pesquisa e Desenvolvimento	(90)	(251)	(89)	(248)
Provisão de fornecedores	-	-	(868)	(2.410)
Variação cambial	(203)	(565)	(62)	(171)
incentivo fiscal SUDENE	-	(13.846)	-	(13.975)
Outras exclusões	-	-	-	(23)
	(293)	(14.662)	(1.019)	(16.827)
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	7.116	5.896	6.843	5.007
Ajustes de apuração anterior	-	-	248	1.765
Diferido sobre ajustes de RTT e diferenças temporárias	(345)	(958)	(3)	(8)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	6.771	4.938	7.088	6.764

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

13.2. Reconciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

Ativo	31/12/2014				31/12/2013			
	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS
Pesquisa e Desenvolvimento	9.391	9.391	-	-	4.318	4.318	-	-
Variação cambial	107	107	-	-	2.261	2.261	-	-
Provisão despesas	4.382	4.382	-	-	-	-	-	-
Receita de órgãos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes RTT	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de diferido	13.964	13.964	-	-	20.950	20.948	-	-
Outros ajustes de RTT	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo do imposto ativo	27.844	27.844	-	-	27.529	27.527	-	-
Alíquota	25%	9%	1,65%	7,6%	25%	9%	1,65%	7,6%
Imposto ativo	6.961	2.506	-	-	6.882	2.477	-	-
Passivo (-)								
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	(22.633)	(22.633)	-	-	(25.463)	(25.463)	-	-
Variação cambial	-	-	-	-	(685)	(685)	-	-
Receita de órgãos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes RTT	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes de RTT	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo do imposto passivo	(22.633)	(22.633)	-	-	(26.148)	(26.148)	-	-
Alíquota	25%	9%	1,65%	7,6%	25%	9%	1,65%	7,6%
Imposto passivo	(5.658)	(2.037)	-	-	(6.537)	(2.353)	-	-
Total Líquido	1.303	469	-	-	345	124	-	-

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

14. Taxas Regulamentares

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	877	651
Ministério das Minas e Energia	438	325
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.448	4.368
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	117	738
Total	<u>11.880</u>	<u>6.082</u>
Passivo circulante	3.574	2.948
Passivo não circulante	8.306	3.134

15. Dividendos propostos e juros sobre capital próprio

<u>Deliberação</u> 2014	<u>Provento</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação ON</u>
RCA de 12 de dezembro de 2014	JSCP	11.399	0,081434807
AGE de 30 de Dezembro de 2014			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2014.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação “*pro rata die*” da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e considerando o emanado na IN RFB nº 1397/2013 e a MP nº 627/2013 convertida na Lei nº 12.973/2014.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias.

Em 23 de outubro de 2014 a Companhia distribuiu R\$ 8.645 mil referentes aos Dividendos Mínimos Obrigatórios apurados em 2013 e R\$ 36.555 mil de Reserva de Lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2013), conforme deliberado em Ata AGO/E de 25 de maio de 2014.

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia distribuiu R\$ 10.500 mil de Reserva de Lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2013), conforme deliberado em Ata AGO/E de 25 de maio de 2014.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício (a)	74.699	83.134
Reserva legal	(3.735)	(4.157)
Reserva de incentivo fiscal	(13.846)	(14.761)
Base de Cálculo Dividendos	<u>57.118</u>	<u>64.216</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>14.280</u>	<u>16.054</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio declarados	11.399	8.717
Expurgo do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	(1.710)	(1.308)
Dividendos Propostos	4.591	8.645
Total bruto	<u>14.280</u>	<u>16.054</u>

- (a) Lucro líquido do exercício sem os efeitos do ajuste, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2.4

Será encaminhado para aprovação em AGO, a ser realizada em 2015, o montante de R\$ 4.591 mil de dividendos mínimos obrigatórios de 2014.

A Diretoria da Companhia propõe que o montante de R\$ 41.128 mil excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como Reserva de Lucros, seja distribuído integralmente ao logo do exercício de 2015, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>Valores</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.990</u>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados e distribuídos do exercício de 2012	5.969
Propostos do exercício de 2013	17.362
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.308)
Pagos no período do exercício de 2012	(7.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>16.054</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2014	<u>16.054</u>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados e distribuídos do exercício de 2013	10.500
Propostos do exercício de 2014	15.990
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.710)
Pagos no período	(26.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>14.280</u>

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

16. Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. Quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia e de seus assessores legais.

Face a impossibilidade de escoar energia para o Sistema Elétrico Nacional - SIN, em função do atraso da CHESF na implantação da Subestação SE SUAPE II, a Companhia com intuito de afastar a cobrança de aporte de garantias financeiras pela CCEE e as respectivas penalidades pelo seu não aporte, assim como outras penalidades e obrigações decorrentes da não entrada em operação da UTE SUAPE II, impetrou o Mandado de Segurança nº 0068020-77.2011.4.01.3400 que teve sua sentença transitada em julgado em abril de 2014, com a perda do objeto face a decisão favorável proferida em processo administrativo que tramitou perante a ANEEL.

A Companhia impetrou ainda o Mandado de Segurança nº 0006981-45.2012.4.01.3400, sendo proferida Sentença em 28 de janeiro de 2013, garantindo o recebimento integral da receita fixa dos CCEARs, desconstituindo as obrigações contratuais e regulatórias decorrentes de atraso no fornecimento de energia por parte da Usina Termelétrica Suape II, em função do atraso da implantação da SE Suape II pela CHESF, e afastando as penalidades nas contabilizações mensais da CCEE, relativas a supostas insuficiências de lastro de potência e de energia, estando pendente de apreciação o recurso de Apelação Cível interposto pela ANEEL.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital autorizado e subscrito

É dividido em 139.977 mil (2012 - 139.977 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada uma, ficando a composição do Capital da Companhia conforme demonstrado em quadro abaixo:

	2014/2013	
	Ações ordinárias.	Valor.
Acionistas		
Savana SPE Incorporações LTDA	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.995	27.995
	<u>139.977</u>	<u>139.977</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

17.2. Reserva legal

Definido conforme estatuto social no total de 5% sobre o lucro líquido, após as deduções de prejuízos acumulados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituído a título de reserva legal um total de R\$ 3.735 mil (2013: R\$ 4.157 mil).

17.3. Lucro ou prejuízo por ação

A Companhia demonstra abaixo o cálculo de lucros ou prejuízos por ação, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (em milhares de Reais)	74.698	80.086
Ações ordinárias	139.977.000	139.977.000
Lucro (prejuízo) por ação ordinária	<u>0,5336</u>	<u>0,5721</u>

18. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Ata AGO/E de 23 de maio de 2014 e Ata RCA de 16 de junho de 2014 a Companhia deliberou o montante global de remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os Diretores da Companhia, os quais recebem honorários mensais fixos e não gozam de outras vantagens. O montante pago até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.186 mil (2013 - R\$ 1.045 mil).

19. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u> (Reapresentado)
Receita bruta de vendas		
Receitas com contratos de energia	1.485.265	965.712
	1.485.265	965.712
Deduções de vendas		
PIS e COFINS	(137.387)	(89.347)
Outros	(13.345)	(8.677)
	(150.732)	(98.024)
Receita operacional líquida	<u>1.334.533</u>	<u>867.688</u>

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

20. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Pessoal	(3.405)	(3.389)
Administradores	(1.186)	(1.045)
Material	(736)	(618)
Combustível para produção de energia	(1.108.723)	(650.817)
Serviços de terceiros	(19.528)	(15.960)
Energia elétrica comprada para revenda	(691)	(2.279)
Encargos de uso do sistema transmissão	(23.161)	(24.641)
Depreciação e amortização	(23.540)	(22.819)
Arrendamentos e alugueis	(106)	(200)
Tributos	(133)	(1.153)
Seguros	(1.430)	(1.149)
Rendimento aplicação financeira	11.246	7.735
Juros sobre financiamento	(62.146)	(57.290)
Juros sobre Capital Próprio	(11.399)	(8.717)
Variação cambial líquida	349	(1.576)
Outras despesas e receitas financeiras	(5.145)	(1.076)
Outras receitas e despesas	(7.837)	3.217
Outros	(1.952)	(690)
	<u>(1.259.523)</u>	<u>(782.467)</u>
Classificados como		
(-) Custo dos produtos vendidos	(1.178.597)	(716.715)
Gerais e administrativas	(5.994)	(8.045)
Despesas financeiras	(68.249)	(62.816)
Receitas financeiras	12.553	10.609
Juros sobre Capital Próprio	(11.399)	(8.717)
Outras receitas operacionais	(7.837)	3.217
	<u>(1.259.523)</u>	<u>(782.467)</u>

20.1. Eventos que impactaram o resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014

a) Ressarcimentos por Geração Inferior ao Despacho

A partir de Fevereiro de 2014 a Companhia sofreu impacto na sua Receita Variável com a cobrança de Ressarcimentos por Geração Inferior ao Despacho, no montante de R\$ 18.959 mil. Com o pedido de Tutela Antecipada ora mencionada em Nota Explicativa 16, a Companhia obteve uma redução de despesa de R\$ 7.937 mil no ressarcimento, resultando no efeito líquido de R\$ 11.022 mil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

21. Instrumentos financeiros

21.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

		Ativos (passivos) financeiros			
		31/12/2014		31/12/2013	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo	Categoria				
Caixa e equivalentes de caixa	Mantidos para negociação	82.469	82.469	14.191	14.191
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	158.115	158.115	116.313	116.313
Fundos vinculados	Empréstimos e recebíveis	84.165	84.165	79.945	79.945
Passivo					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(9.412)	(9.412)	(44.581)	(44.581)
Empréstimos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(662.295)	(662.295)	(554.984)	(554.984)

A Companhia não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, tais como derivativos.

21.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

21.3. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros pelo valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

21.4. Risco de crédito

A diversificação de sua carteira e o acompanhamento individual dos recebíveis minimizam eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

21.5. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pelo setor financeiro.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía capital circulante líquido positivo de R\$ 79.380 mil (em 2013, de R\$ 88.363 mil)

21.6. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira oriunda de aplicações financeiras mantidas pela Companhia. A [Empresa] não pactuou contratos derivativos para fins de “*hedge*” contra estes tipos de risco, porém a Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com a finalidade de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade destas taxas.

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos vinculados ao CDI.

b) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava saldo de passivo de 12 mil euros. Não foram contratados instrumentos financeiros para proteção contra eventual valorização da moeda em relação ao real.

21.7. Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contrato de empréstimo, conforme Nota Explicativa nº 12 (c) com cláusulas restritivas, que, em geral, requerem a manutenção de índice financeiro em determinados níveis (“*covenants*” financeiros).

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia estava adimplente com todos os *covenants* previstos no contrato de empréstimo citado.

22. Seguros (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil, englobando suas estruturas civis e equipamentos eletromecânicos, incluindo nesse escopo as coberturas por responsabilidade civil em sentença judicial transitada em julgado, relativa às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência do contrato de seguro, contratados conforme abaixo:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2016	25.000
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2015	30.000
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2015	15.000
Riscos Nomeados e Operacionais	10/03/2015	821.411

23. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro 2014 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 16 de janeiro de 2015.

23.1. Fim do RTT

Entre os exercícios de 2009 a 2011, a Companhia apurou um prejuízo pré-operacional de R\$ 34.945 mil. De acordo com a Lei nº 11.638/2007, esse montante foi amortizado contabilmente do lucro apurado em 2012. Para atender a neutralidade tributária prevista pelo RTT (Regime Tributário de Transição) instituído pela Lei nº 11.941/2009 durante os exercícios de 2012 a 2014, o prejuízo foi amortizado nas apurações de IRPJ e CSLL a razão de 20% (vinte por cento) ao ano, no montante mensal de R\$ 582 mil.

Com a extinção do RTT pela Lei nº 12.973/2014, os valores a amortizar ao longo dos exercícios de 2015 e 2016 no total de R\$ 13.978 mil serão deduzidos das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL em janeiro de 2015:

Resultado pré-operacional de 2009 (Prejuízo)	1.016
Resultado pré-operacional de 2010 (Prejuízo)	7.945
Resultado pré-operacional de 2011 (Prejuízo)	25.984
	<hr/>
	34.945
Amortização anual (RTT)	(6.989)
Amortização fiscal anual nos anos de 2012 a 2014	(20.967)
Saldo a amortizar em 31 de dezembro de 2014	13.978
Amortização anual de 2015 e 2016 a ser realizado em Janeiro de 2015	(13.978)
Saldo a amortizar em 31 de janeiro de 2015	<hr/> <hr/>
	-